

## A SÍNDROME DO FIM

Maria Lucia de Barros Camargo  
UFSC

Se mapearmos, ao menos a título de lúdica curiosidade, os “fins” que passeiam em nossos discursos quando falamos sobre estes tempos em que vivemos, é possível, a grosso modo, registrar referências a: fim do século, fim da história, fim da razão, fim da modernidade, fim do modernismo, fim da arte, fim da poesia, fim do paradigma moderno, fim do socialismo real, fim das utopias, fim dos grandes relatos, fim do livro, fim da palavra impressa, fim da originalidade, fim do indivíduo e do sujeito, fim da realidade, fim dos nacionalismos, fim das fronteiras entre as áreas de conhecimento, fim das fronteiras entre o alto e o baixo, fim das diferenças entre literatura e crítica, fim das fronteiras de qualquer espécie, fim das ideologias, fim das transcendências, fim... No mesmo paradigma, e muitas vezes como sinônimo de “fim”, ainda nos deparamos com termos tais como “decadência”, “crise”, “queda”, “perda”, e, obviamente, “morte”.

Rememorando a conferência “As ilusões do fim”, pronunciada por Jean Baudrillard aqui neste mesmo espaço<sup>1</sup>, em fins de 1993, ouço ainda uma afirmação: “O problema do fim é crucial e insolúvel”. No texto publicado por ocasião do mesmo evento, é Baudrillard ainda quem reafirma:

---

<sup>1</sup> Referência ao Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, onde o presente texto foi apresentado como conferência durante o colóquio “Os fins do moderno”, em março de 1995.

“... se nós fazemos força para esquecer o problema insolúvel do fim ou para o contornar através de soluções técnicas artificiais, o fim, ele não nos esquece”<sup>2</sup>.

Baudrillard referia-se, então, às relações que se travam hoje entre morte e imortalidade, finitude e eternidade, uma vez que os atuais avanços da ciência alteraram radicalmente tais concepções. Se concordarmos com a idéia de que a imortalidade somente pode ser concebida num universo estável e imutável como prolongamento da ordem, a perda das finalidades, a perda das “transfigurações ideais”, fissuram a ordem, racham o sistema. As conquistas da genética destróem o espaço simbólico da imortalidade e colocam em seu lugar o único traço que imortaliza a vida: o gene. Para Baudrillard, convivemos com vários paradoxos: a irrupção da biologia marca a irrupção do não-vivo; a irrupção da psicologia marca o fim da transcendência da alma; a irrupção da anatomia marca o fim do corpo e da morte como metáfora. A artificialidade metafórica, imaterial, é substituída pela materialidade pura, pela simulação de seres objetivamente imortais – imortalidade não do que está além da morte, mas do que sobrevive no código, apesar de já estar morto. Em suma, ao tratar da sobrevivência enquanto função genética, ou da passagem da imortalidade clássica (imobilidade, estabilidade, imutabilidade, está além da morte, é o supra-vivente) para a imortalidade contemporânea (movente, funcional, a eternidade das redes, as memórias estocadas, os clones, a qualidade do sobre-vivente), Baudrillard ressalta o paradoxo: no passado, o homem acreditava ser imortal, mas não o era; hoje, nós não mais acreditamos na imortalidade, mas estamos nos tornando imortais pelo simples fato de os limites entre a vida e a morte tornarem-se obscuros. Talvez

---

<sup>2</sup> cf. “Vida eterna e imortalidade”, em *A descendência do futuro e a construção do presente* / Edgar Morin (et al). Florianópolis: Editora da UFSC, 1993, p.37.

não mais seja possível morrer completamente, como queria o poeta.

De fato, o anúncio do fim é muito antigo, e a certeza da finitude, mais do que um *topoi* poético, é a própria afirmação da infinitude. A idéia apocalíptica de fim, que comporta sempre a de uma ressurreição idealizada que o nega, ou seja, comporta sempre a metáfora da vida eterna, é a idéia mesma de um mundo de unidade, uma visão cosmogônica integrada e integradora, que se esforça por esquecer o que jamais é esquecido. Talvez o que nos é contemporâneo seja o anúncio de múltiplos fins. Significativamente, não falamos mais do fim do mundo, ou do final dos tempos (a não ser, obviamente, os que preservam, através da religiosidade exarcebada, uma visão unicista de vida e de morte na figura de um deus, isto é, preservam um imaginário sem tempo, sem a atualização que o destrua — como os fanáticos budistas japoneses, ou os fundamentalistas islâmicos). Hoje, deste lugar genericamente denominado civilização ocidental, falamos, isto sim, de “fins”: pluralidade que, por si só, designa, senão a perda, pelo menos a fragmentação de um imaginário que se queria uno, generalizante, internacional, humano talvez.

Paradoxalmente, como tudo nestes nossos tempos, os “fins” não supõem o vazio, o nada que os sucederia necessariamente. Talvez por nostalgia de um tempo de transcendência, de ordem, de totalizações, talvez por necessidade de elaboração do luto, ao anúncio de cada fim corresponde a declaração de um novo começo, que não retorna o anterior, nem remete à imortal unidade e que não é necessariamente a ressurreição do mesmo.

A cada fim, sua negação e sua afirmação. Se alguns fins são louvados, e o novo preenchimento daquele vazio é dotado de significação positiva, muitos outros fins são nostálgica e melancolicamente constatados, uma vez que aquilo que ali se inicia porta o signo do negativo. Sobre os mesmos fenômenos, não há consenso: as posições não são nem unânimes, nem homogêneas.

Sequer há unanimidade quanto à existência ou não dos próprios fins.

Tentando explicar um pouco mais, destaco alguns exemplos, partindo do mais evidente: o novo século, ou o novo milênio que se aproxima, pode ser visto pelos dois sinais, positivo ou negativo. Ao fim do "socialismo real", vemos a instalação aparentemente inexorável da economia globalizada, dos conglomerados econômicos, do capital geralmente anônimo, volátil e sem pátria elegendo seus deuses de cada dia e, numa velocidade vertiginosa, subjugando todos que a ele se rendem, do México à dona de casa norte-americana que investe anonimamente nos fundos de aplicação, da rejeitada Cuba à hoje sólida Alemanha, do Brasil (que afinal não é México, nem a Argentina) à França, dos tigres asiáticos à nova Rússia — esta que é um dos fragmentos a preencher o vazio deixado pelo fim da URSS. O elogio dos NAFTAs, CEE e MERCOSUL e o regozijo com o "fim do socialismo" é cinicamente anunciado e defendido por muitos. Tal internacionalização, por outro lado, convive e contrasta com sua contraface, os nacionalismos exarcebados, em que se incluem neo-nazistas e eleitores de Le Pen. Mas sem unanimidade, felizmente, porque também as contradições desse enriquecimento empobrecedor não são esquecidas.

A um outro possível fim, o do livro, o da palavra manuscrita e impressa, substituídos pelos CD-ROMs, pela comunicação transitando nas infovias, pela presença virtual nas vídeo-conferências, também os dois signos — negativo e positivo — são usados para qualificar o mesmo fenômeno. Afinal, tais paradoxos evidenciam a crise, ou o fim, dos valores universais, dos limites, do ideal humanístico e burguês de igualdade, liberdade e fraternidade. Condição pós-moderna que marca o fim do moderno, dizem alguns teóricos como Lyotard. Incompletude do projeto da modernidade, que ainda não se realizou, rebatem

outros, como Habermas. Discussão já canônica, mesmo que não resolvida, mesmo que não tenha chegado ao fim.

Embora os exemplos que mencionei necessitem de uma exploração mais cuidadosa quanto a seus desdobramentos, que são de grande complexidade, resisto ao desejo de continuar divagando sobre eles em nome de algo que, dizem, já chegou ao fim, em nome da especificidade de minha área de atuação, em nome dos limites da especialidade — afinal, quero ser fiel ao paradoxo. Assim, vou me deter nos fins da área em que atuo: no fim da poesia, no fim da literatura. Se hoje tudo vira cultura de massas, tudo é apropriado pelo mercado e se transforma em mera mercadoria produzida pela indústria cultural? — questão relacionada, é claro, com o fim da modernidade, ou o fim do paradigma moderno... [E delimitando mais o campo, vou tratar desses fins na literatura e na crítica brasileiras contemporâneas.]

Um dos primeiros problemas com que me deparo é o recorte temporal: o que é e qual é a poesia contemporânea? Partindo do sentido mais óbvio, dicionarizado, cronológico e até tautológico, posso dizer que a poesia contemporânea é aquela produzida em “nosso tempo”. E quando se inicia esse “nosso tempo”? Digamos que há cerca de 40 anos, na década de 50, a “era desenvolvimentista” alimentada pelo sonho de superar o “subdesenvolvimento” (ainda não nos chamávamos “terceiro mundo”, nem “nação emergente”) e de entrar, definitivamente, na modernidade, atingindo o patamar de nação desenvolvida (não se falava em primeiro mundo), tanto no plano econômico-social, quanto no plano artístico-cultural. Tempos de bossa-nova, de Brasília, de JK, de 50 anos em 5, de poesia concreta, que se pretendia porta voz da linguagem do homem de seu tempo:

“Pela primeira vez — e diz-se isto com verificação objetiva, sem implicação de qualquer juízo de valor — a poesia brasileira é totalmente contemporânea, ao participar na própria formulação de um movimento poético de vanguarda em termos nacionais e internacionais”

– dizia Haroldo de Campos nos idos de 1960. Talvez nem fosse preciso lembrar que a poesia concreta que decretou o fim do verso, foi acusada de não ser poesia e de decretar, com o fim do verso, o fim da própria poesia.

Mas ao citar este fragmento de “Contexto de uma vanguarda”, quero destacar o conceito de contemporâneo – ser contemporâneo é estar identificado com o “novo”, com o “homem de hoje”. É passar da diacronia para sincronia: sincronia de formas, busca de simultaneidade de princípios e de realizações estéticas. Evidentemente trata-se do conceito de poética sincrônica criado por Jakobson e defendido por Haroldo de Campos e compartilhado, embora com algumas diferenças, por muitos outros autores, como Borges, Eliot, Pound...

Combinando os dois conceitos de contemporâneo – tempos e/ou formas compartilhados –, acredito que é possível demarcar o que chamo de poesia brasileira contemporânea, tomando o concretismo, que também já morreu, como o movimento mais marcante das últimas décadas. Como “revisor” do passado criativo, crítico e teórico, além de redefinir seus “pais”, produziu muitos “filhos”: alguns, salutarmente rebeldes; outros, apenas fiéis herdeiros.

Afinando um pouco mais o recorte, e adotando o ponto de vista cronológico, vou deter-me na produção crítico-poética dos últimos 20 anos, período em que a poesia brasileira protagonizou diversas cenas: as décadas de 70 e 80 propiciaram o surgimento de uma produção poética quantitativamente considerável, constituída de obras e poetas que assumem posições estéticas e comportamentais bastante diversificadas, que compartilham tempo e contexto, mas não necessariamente formas. Esta diversidade pode ser observada em muitos aspectos: desde o modo de produção e circulação dos livros, à concepção de poesia adotada e, em alguns casos, explicitada e defendida. Embora não

se possa tratar desta produção de forma homogeneizadora, o que se colocava como “novo”, no início dos anos 70, ou como a “nova poesia brasileira”, definia-se como “recusa à tradição experimentalista” oriunda do concretismo e da anti-lira de João Cabral. Tratava-se de anunciar o fim das neo-vanguardas brasileiras, substituídas por uma poesia que se dizia “nova”.

Esta defesa de um “novo”, em contraposição ao simplesmente “inédito” (como dizia Ana Cristina César), não se repetirá na década de 80. Talvez pelo fato de já se ter adquirido, então, a consciência de que o “novo” se fazia mito. Consciência da função mítica da originalidade. Consciência do fim do “novo” enquanto natureza, essência, valor. Como dizem Annateresa e Mariarosaria Fabris, em artigo publicado na revista MAC (n.1, abril de 1992), o universo atual é o da cópia, da réplica, do simulacro, da repetição infinita que, contraditoriamente, mata o original, tal qual a máquina inventada por Morel<sup>3</sup>. Se o “novo” acabou, se não existe “invenção”, é preciso reinventar, diria Ana Cristina César, poeta que reescreve seus autores prediletos, numa autêntica “vampiragem”. Ou que deslocam os produtos da indústria cultural – o cinema, a história em quadrinhos, a ficção científica, o romance policial – para o livro dito de poesias: lembro aqui de Cacaso, de Sebastião Uchoa Leite, de Zuca Sardam ou ainda de Mario Jorge.

A poesia morreu? A literatura morreu? Dizem que ela vai mal. Um exemplo: o crítico e professor Alfredo Bosi, em uma entrevista publicada na Revista do CEBRAP (n.21), justifica seu interesse pela “cultura brasileira” em decorrência da insignificância da literatura contemporânea:

“Basta prestar um mínimo de atenção às manifestações da vida simbólica mais recentes para verificar que o fenômeno literário vem ocupando lugar cada vez menos significativo entre nós. Não estou falando,

---

<sup>3</sup> cf. *A invenção de Morel*, de Bioy Casares.

estatisticamente, da enxurrada de livros inúteis, mal pensados e mal escritos, que a indústria editorial nos impinge (...). Falo da irrelevância mesma da vida literária mais recente ou estreada no conjunto pensante e sensível da cultura brasileira tomada como um todo. Alguns jovens mais refinados traduzem, glosam, parafraseiam, parodiam, pasticham: (...). Não lembram; citam. Outros, ao contrário, creem ter muito a dizer (...), mas não saem de um nível coprolático e semipanfletário (...). Hoje, um leitor de poesia ou de ficção sente extrema dificuldade de alimentar-se de um repertório de estreados (até a década de 50 a situação era bem outra)."

O que podemos ler nestas linhas? Primeiro, o desencanto com os estreados desde os anos 50. Alfredo Bosi não encontra, e nem poderia encontrar, as marcas valorativas de uma literatura que já não existe, que já não atende aos preceitos desejados, nem clássicos, nem modernos. Fim do moderno? O crítico ressentido da falta de "conteúdo" e de acabamento formal que permitissem atingir a qualidade desejada e exigida por padrões estéticos vigentes na primeira metade do século. Depara-se com uma literatura que não cumpre uma função utópica (por mais que Octávio Paz veja na poesia a salvação do homem), que não atribui sentidos, que não exerce a resistência às ideologias, que não é mais como dantes. É o fim da poesia? É o fim da literatura? Ou trata-se do fim de um determinado padrão estético?

Certamente o mundo não é mais o mesmo e, apesar da nostalgia da perda de um determinado conjunto de valores — tais como o do projeto estético inserido num projeto histórico, o de originalidade, ou o de autonomia da arte — é possível entrever, na entrevista de Bosi, que um determinado projeto estético e crítico se esgotou em meados do século e que é preciso fazer outra coisa, que podemos rotular como "crítica cultural".

Bosi se pergunta, ainda: o rótulo "inexpressivo de pós-moderno basta para cobrir esse vazio?". Certamente um rótulo não pode preencher o vazio deixado pela perda de valores que já não encontram ressonância, que não respondem ao mundo atual. Um



rótulo não se constitui em produção. Mas o rótulo talvez ajude a deixar evidente que estamos lidando com outras obras, portadores de outros valores. Obras que talvez necessitem de uma relação paradoxal com a indústria da cultura para não serem devoradas por ela. Talvez não se trate de vazio, mas daquelas novas formas de valores (que podem não ser tão novas assim) que ocupam o espaço de seus predecessores, sem todavia, terem sido assimilados. Outros tipos de sensibilidade estética pedem estratégias de leituras diversas.

O mesmo desencanto com a poesia mais recente, no caso específico a dos anos 70, é possível ler em outro ensaio crítico que tem um título bastante esclarecedor: "Poesia ruim, sociedade pior", de Iumna Simon e Vinícius Dantas, publicado em 1985. Se há similaridade no desencanto, a postura dos críticos é aqui bastante diversa: em vez de negar-se apocalipticamente ao trato dessa produção, dispõem-se à leitura crítica, dedicam-se a examinar a então chamada "poesia marginal". Mesmo detectando uma "desqualificação literária", uma "estilização" da experiência e uma "banalização completa de efeitos" pela coletivização estilística e pela "indiferenciação de valores e critérios", e apesar de terem realizado uma leitura absolutamente homogeneizadora das diferenças existentes entre autores estudados, apontam para uma nova sensibilidade literária em construção, que merece ser melhor estudada e compreendida. E, para isto, os autores consideram o quadro jamesoniano da pós-modernidade como explicativo do fenômeno. O valor dado é negativo, sem dúvida, porque o paradigma que está por trás da desvalorização é o da modernidade. Mas se este paradigma chegou ao fim, como parece, o que nos resta fazer?

A banalidade da vida e da arte colada à vida, a naturalização dos procedimentos e a perpetuação de formas indiferenciadas transformadas em fórmulas, relembrando Baudrillard, pode levar ao simulacro da vida, à semi-vida ou

sobre-vida degradada. À perda do sentido crítico. À farsa. Em outras palavras, à semi-arte, à literatura transformada em código, restrita ao best-seller ou às novelas televisivas.

O tempo dirá.